

## A IDEOLOGIA CONSERVADORA DE JOSÉ ANTONIO PRIMO DE RIVERA: HISPANIDAD, HISTÓRIA E CATOLICISMO

Fernando Furquim de Camargo\*

Este texto tem como origem a dissertação de mestrado, intitulada *O Ideário Falangista de José Antonio Primo de Rivera (1931-1936)*,<sup>1</sup> em que foi analisado o conjunto dos nexos constitutivos da ideologia de José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Española Tradicionalista em 1933 e que, no ano seguinte, torna-se um dos líderes e principal ideólogo da Falange Española Tradicionalista y de las JONS. O *corpus* de sua visão de mundo abordado em nosso trabalho compreende desde o início de sua participação política, no começo dos anos 30, até a sua morte, na prisão republicana de Alicante em 20 de novembro de 1936.

O cerne do pensamento de José Antonio Primo de Rivera situa-se em sua conceituação sobre o significado da Espanha como instrumento agregador que possui o seu princípio e fim fundado em si. Essa significação justifica-se com a proposição de situar a Espanha em um patamar que visa a transcendência a qualquer materialidade. O ideólogo não principia no racional ou na concretude sua conceituação, mas em uma abstração permanente. Ele parte e termina no *irratio*. Entretanto, essa permanência universal que tem na abstração seu eixo fundamental é a que também se utiliza de elementos da materialidade para a sua mediação

Tal artifício balizador parte de nexos de seu pensamento nos quais atribui valores eternos e universais a processos da concretude histórica. Um dos fios condutores dessa elaboração repousa sobre a história e o religioso, com este último como sustentação das relações sociais.

Ao afirmar isso, Rivera atribui, além do caráter imutável da leitura da processualidade histórica, sem a possibilidade de alteração e de autodeterminação do homem, um desenvolvimento em que a evolução histórica é alcançada por meio do predomínio da religião católica. Na especificidade do caso espanhol, esse fenômeno relaciona-se diretamente ao

crescimento da Espanha como Estado moderno e que se constitui às custas e às vésperas dos processos de reconquista e de centralização monárquica de 1492. Em um mesmo diapasão de seu constructo teórico, José Antonio abraça duas representações da formação do Estado espanhol e sua ligação com a Igreja Católica: El Cid e os reis católicos

O aproveitamento da representação de El Cid realiza-se na medida em que este torna-se símbolo da recuperação dos territórios ibéricos ante os sarracenos e mesmo daqueles que não seriam representantes da verdadeira hispanidade. Com isso, aponta que as ações do “espírito espanhol” devem estar no mesmo degrau daquela que o burgalês tomou a favor da Espanha em um sentido de construí-la e mantê-la sob um signo comum e indivisível.

Em outros momentos, esse uso dirige-se àqueles que unificaram o estado espanhol: Isabel, a Católica, e Fernando de Aragão: os reis católicos. Nesse sentido, afirma que a formação do Estado moderno espanhol deu-se pelos monarcas espanhóis por estes conseguindo edificar a Espanha sob o duplo signo da universalidade católica européia e a unitarização da transcendência espanhola em torno de si mesma.

Destarte, aponta-se o uso, em um mesmo diapasão, de duas representações criteriizadas como da “Era de ouro” do processo histórico espanhol. Essa abordagem também alcança, para a historicidade proposta por José Antonio, um âmbito integrador.

A busca pela extinção da divisão no interior da Espanha vai ao encontro do retrato dos constantes embates no interior da república espanhola nos primeiros anos da década de 30. Para o ideólogo falangista, esse cenário é fruto de uma cisão que acontece ainda no período de disputas religiosas da modernidade na Europa e que ainda sofre suas conseqüências. A correlação entre a Reforma protestante do século XVI e a “presente situação do mundo”, como ele próprio afirma, ata-se ao avanço do liberalismo como dominador das relações sociais e econômicas nos séculos antecedentes à existência do próprio cenário histórico dos anos 30 em que está inserido o espanhol. Considera que a formação do protestantismo, tanto na figura do alemão Lutero quanto a do suíço Calvino, tem elementos da visão liberal. Dessa forma, grande parte da situação de falência espanhola, em seu papel de proeminência no mundo, advém do processo de racionalização religiosa preconizada pela vertente protestante do cristianismo.

Essa colocação sustenta-se em seus escritos quando ele afirma que advém dos protestantes as concepções liberais de percepção e vivência, com o predomínio de uma individualidade. De acordo com os registros dos diários de José Antonio,

*En el protestantismo están ya en germen: la civilización mecánica; la interpretación económica de la vida (el éxito en los negocios humanos, señal de predestinación; idea calvinista) el capitalismo (por oposición a la función feudal de la propiedad); el opti-*

*mismo (los calvinistas creen que no todos los hombre son llamados a la gracia, pero ellos se sienten todos llamados a la gracia).*

Ao posicionar sua visão de História, há a crítica por parte do ideólogo da Falange nas interpretações e sentidos históricos advindos do protestantismo, que deformam o destino dos homens e anulam sua obediência a algo supremo, pois há o incentivo do individualismo como ato legítimo e básico para o desenvolvimento do ser humano.

A proposta de Rivera permeia a questão da religião cujo “material” se fixa na forma dogmática das relações humanas. Assim, a busca da espiritualidade por meio da religião católica prevalece para que as intenções, tanto espirituais quanto mundanas, se realizem num entrelaçamento indissociável. Para que seja possível o estabelecimento de uma Espanha hegemônica, é obrigatória a totalidade do catolicismo como caminho para seu sucesso e sem os perigos de uma fragmentação. A própria utilização da religiosidade por Rivera está cimentada no sentido de permanência da Espanha como potência proeminente.

Além do fator de que a qualquer relação humana é determinada pela religião católica, que é onipotente na figura de Deus, o espanhol utiliza o expediente de resgatar o período de maior expansionismo da história espanhola como paradigma do progresso do Estado sob a égide espiritual da Igreja. E somente por estar sob o jugo do cristianismo foi possível a expansão ultramarina espanhola para o salvamento daqueles que estavam totalmente exilados da fé católica. Nesse sentido, é clara a sua negação das determinações econômicas como dominantes e essenciais para o êxito de sua expansão e invoca a inexistência de uma relação entre esse processo e aqueles emanados das formas primitivas de acumulação do capital, vigentes na formação dos Estados modernos. Nos seus *Puntos Iniciales*, Primo de Rivera expõe que “*Por su sentido de CATOLICIDAD, de UNIVERSALIDAD, ganó España al mar y a la barbárie continentes desconocidos. Los ganó para incorporar a quienes los habitaban a uma empresa universal de salvación*”.

Ora, José Antonio baseia seu ideário acerca da espiritualidade ao buscar no passado, tanto da Espanha quanto da universalidade histórica, os elementos que sustentem seus argumentos. Assim o fez ao falar da evolução histórica e da influência do protestantismo na sua conceituação histórica. No caso da religião católica, não é diferente. Ao situar a questão da permanência da Igreja e seus dogmas como elemento imutável, ele remete diretamente à análise das questões religiosas de elementos do período de Idade Média. O ideólogo falangista destaca a importância do medievo na medida em que se foca uma característica basilar de algo superior e que corresponda exatamente ao elemento que ele cita como “proprietário” da condução dos destinos do homem: Deus. Assim, ainda de acordo com seus *Puntos*: “*En esta época la idea de todos es la ‘unidad’ metafísica, la unidad de Dios; cuando se tienen estas verdades absolutas todo se explica*”.

Observa que o pensamento cristão e europeu dominado pelos princípios escolásticos se universaliza nas relações do mundo. E, da mesma forma que havia essa dominação de um pensamento único, controlado pela Igreja Católica, Primo de Rivera também impõe sua visão de como o catolicismo deve atuar em sua participação na perpetuação do Estado espanhol com soberano.

No entanto, José Antonio assinala que os planos espirituais e materiais não devem ser misturados. Apesar de imputar a necessidade de um Estado espanhol católico, para ele, cada instituição deve se restringir à esfera que pertence com a manutenção de suas funções primárias fundamentais na pertinência que lhe é devida. A própria função do Estado emerge desse ponto, em que não é mais do que uma simples ferramenta para que o homem, imbuído de uma espiritualidade absoluta e fornecida por um ente superior se encaminhe em direção à pátria. Ele não se concretiza no Estado, mas por meio dele. Para José Antonio Primo de Rivera, a Espanha é uma unidade de destino, com a preponderância de uma “entidade” absoluta em que se constrói no universal. Partindo dessa afirmação, o próprio José Antonio justifica a existência da Espanha por ela ser, “*algo DISTINTO a cada uno de los individuos y de las classes y de los grupos que la integran*”, e continua no mesmo tom ao considerá-la como “*algo SUPERIOR a cada uno de esos individuos, clases y grupos y aun al conjunto de todos ellos*”.

Com essa linha de pensamento, podemos considerar que o ideólogo compõe sua Espanha ideal por meio de uma espiritualidade que determina a condução de todos os destinos históricos. Assim, a noção de Estado de Rivera vai de encontro a qualquer participação independente dele do sentido divinizado do conceito de pátria, sem que seus atos estejam fundados, a nosso juízo, em uma subjetividade, que é considerada a Espanha. Essa dominação, de uma vontade subjetiva e abstrata do que é a Espanha, está situada em si própria, porque ela é natural e espiritualmente a “*permanencia de su unidad*”, o “*resurgimiento de su vitalidad interna*” e “*La participación, com vos preeminente, en las empresas espirituales del mundo*”.

Podemos observar que essa consideração primorriveriana já tem uma influência logo na fundação da Falange Española, em 1933, em que não é apresentado um programa para o novo “partido”. A exposição de um grupo de propostas anularia sua proposta de uma Espanha acima de tudo e de todos, porque somente esse Estado espanhol poderia determinar quais os caminhos que o novo movimento deveria seguir. Afinal, para ele, “*cuando se tiene un sentido permanente ante la História y ante la vida, ese propio nos da las soluciones ante los concreto*”, sendo assim “*queremos es que el movimiento de este día, y el Estado que cree, sea el instrumento eficaz, autoritário, al servicio de una unidad indiscutible, de esa unidad irrevocable que se llama Patria*”.

Este Estado que é apenas o executor dos destinos de um espírito de Espanha superior à realidade histórica concreta, está embasado em unidades que se objetivam em torno dessa premissa. José Antonio reconhece que as estruturas estatais apenas conseguem seu objetivo por serem unidades naturais do homem, com a constituição da *“familia como unidad social; la autonomia del Municipio, como unidad territorial, y sindicato, el gremio, la corporación, como bases auténticas de la organización total del Estado”*.

Em uma de suas primeiras intervenções como membro das Cortes, função que exerceu entre 1933 e 1935, Primo de Rivera contesta outro conservador, de forte ideário católico, José Maria Gil-Robles, quando este questiona seus princípios de construção de Estado, ao afirmar que a noção proposta por Rivera era de *“régimen que se basa en un concepto panteísta de la divinización del Estado y en la anulación de la personalidad individual, que es contrario incluso a principios religiosos en que se apoya mi política”*. Ao responder a Gil-Robles, nas próprias sessões das Cortes, Rivera repudia seu discurso, em diversos regimes, dizendo que sempre o Estado é elevado a alto grau de razão, mas que, na verdade, ele é somente um instrumento para que se cumpram destinos pátrios surgidos de forma metafísica e imutável, haja vista que, *“divinizar al Estado lo contrario de lo que nosotros queremos. Nosotros queremos que el Estado sea siempre instrumento al servicio de un destino histórico, al servicio de una misión histórica de unidad”*.

O agravamento da situação dos mecanismos absolutistas, principalmente aquele que se estabelece nos contatos de pensadores humanistas com monarcas, ainda que sejam reis e devessem constituir símbolos e representações do Estado em si proporciona um movimento paradoxal. Ao enveredarem por um conjunto de práticas e pensamentos estabelecidos pela burguesia, com o advento da práxis iluminista, as concepções de um determinado tipo de estrutura de poder estatal que se mantém pela sua própria razão de existir perde o sentido. Para alcançar o alvo de sua críticas, José Antonio a objetiva em Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith, como proeminentes figuras que estabelecem os parâmetros do liberalismo, tanto em âmbito político-social quanto econômico, pois *“En este ambiente del siglo XVIII, en este siglo XVIII que todo lo reduce a conversaciones, a ironías, a filosofía delgada, nos encontramos dos figuras bastantes distintas: la figura de un filósofo ginebrino y la figura de un economista escocés”*.

Rivera expõe Jean-Jacques Rousseau, o filósofo de Genebra, como o grande desestabilizador de uma sociedade forte, estruturada e permanente. E rumo a ações românticas de retorno a um estado que homem havia superado há muito, ou seja, seu estado de Natureza bruta. Essa situação de liberdade individual sem uma preocupação “coletivizante” que o Estado absolutista permitia e endereçava à manutenção de si próprio, passa a sujeitar a situação de liberdade e de escolha do homem às necessidades e escolhas que este últi-

mo decidisse. Assim, uma das formas de rompimento com os meios de manutenção do Estado absolutista e a possibilidade de o homem controlar o seu próprio destino e, por consequência, de se autodestruir é por meio da implantação de Estado liberal, em que, segundo o artigo “*Orientaciones hacia un nuevo Estado*”, de 1933, “*Sólo hay una limitación: la ley. Eso sí; puede intentarse la destrucción de todo existente, pero sin salirse de las formas legales*”.

Ao contrário de um Estado que tem uma ação efetiva por meio de algo superior e transcendente, que se finaliza em si próprio, o de faceta democrata e liberal sustenta-se no sufrágio universal, em que o grupo com o maior número de votos assume o poder. No entanto, o problema está posto, pois, com a predominância de uma maioria que controla o Estado, essa maioria intenciona a sua perpetuação no controle do Estado. E provoca uma cisão no bojo das instituições estatais. Ainda no mesmo artigo em que trava uma polêmica com as bases do Estado liberal:

*Como el sistema democrático funciona sobre el régimen de las mayorías, es preciso, si quiere triunfar dentro de él, ganar la mayoría a toda costa. Cualesquiera armas son lícitas para el propósito; si con ello se logra arrancar unos votos al adversario, bien está difamar de malas fes sus palabras.*

O Estado perde sua condição de mantenedor da ordem, que deveria ser permanente, para apenas atender aos interesses dos homens que vençam as eleições. E aqueles que as ganhem não podem ser legitimados como tal, pois, ao se submeterem aos auspícios do resultado eleitoral, não possuem em si e *per si* a substância necessária para a condução daquilo que deveria ser o ente supremo da existência dos homens. Transforma-se apenas em uma pálida sombra dos homens que, naturalmente, possuem o dom de dirigir o Estado, haja vista que, segundo o discurso do falangista, no ato de fundação da Falange,

*[...] los gobernantes liberales no creían ni siquiera en su misión propia; no creían que ellos mismos estuviessen allí cumpliendo un respetable deber; sino que todo el que pensara lo contrario y se propusiera asaltar el Estado, por las buenas o por las malas, tenía igual derecho a decirlo y a intentarlo que los guardianes del Estado mismo a defenderlo.*

Ao ser mais incisivo no trato do econômico, o principal alvo de suas críticas é Adam Smith, pois, segundo seu julgamento, no ato de um discurso pronunciado no Círculo Mercantil de Madrid em 1935, “*para Adam Smith, el mundo económico era una comunidad natural creada por la división del trabajo*”, José Antonio Primo de Rivera considera uma artificialidade da comunidade e não admite que a função econômica de um indivíduo que

está em sociedade seja determinada por ele próprio ou por alguém que detenha o controle sobre a sua força de trabalho.

Foi possível observar que, segundo Rivera, o resultado da problemática em relação aos problemas sociais e à falência do Estado causados pela instituição de um sistema liberal que se sustenta no sufrágio universal e por um sistema econômico que leva os trabalhadores à exploração econômica. Destarte, para ele, não causa surpresa o aparecimento de uma alternativa de contestação a essa situação e suas consequências *a posteriori*, ainda que somente sejam observadas a longo prazo. A quase totalidade dos operários e camponeses podem encontrar uma outra via, que pode lhes permitir uma solução para os problemas causados pelo jugo liberal: o socialismo. Ao contrário de consertar os problemas de ordem e justiça provocados pelo liberalismo econômico e político entre os homens. No comício de fundação da Falange no Teatro de Comédia de Madrid, ele afirma: “*No aspira el socialismo a restablecer una justicia social rota por el mal funcionamiento de los Estados liberales, sino que aspira a la represalia; aspira a llegar en la injusticia a tantos grados más allá cuantos más acá llegaron en la injusticia los sistemas liberales*”.

Durante a vigência do sistema liberal, Rivera acredita que as instituições estatais não possuíam uma identificação com algum ente supremo que deveria conduzir à harmonia que o Estado deve prover àqueles que estão sob seus auspícios. Entretanto, com o surgimento do socialismo, o Estado sofre um prejuízo ainda maior, mas distinto daquele aplicado pelo liberalismo, econômico ou o político, haja vista que se desenvolve de forma materialista e sob o signo da represália ao sistema liberal, com a sua intenção de consolidar a luta de classes.

Ao citar a questão do separatismo, ele está claramente direcionando sua visão de mundo às questões basca e catalã, tanto que, às vésperas das eleições de 1936, ele critica de forma veemente as pretensões separatistas catalãs, pois “*En presencia del proceso espiritual de Cataluña, que a mucho hizo alejarse del patriotismo por el camino del odio, la Falange hace saber que confía no en una unidad territorial o racial, sino en una gran unidad de destino*”.

Dessa forma fica posto que, somente sob o signo de uma Espanha integral é que se há de prosperar, todavia, com intenções separatistas, surgem enfraquecimentos no bojo da espiritualidade local. E, da mesma forma que o voto e a luta de classes, o separatismo é uma baliza de desagregação do povo espanhol. Assim, o homem somente deve se ligar à terra da nação como um todo. Da mesma forma que ele atribui a vida de todos os homens à unidade de destino que é a Espanha, há o combate à autodeterminação dos povos e somente com o abandono de suas características locais e com a dedicação ao “empreendimento” que é a própria Espanha que eles alcançarão a plenitude de sua espiritualidade.

Percebe-se no decorrer dos escritos e discursos de José Antonio de Rivera, a intencionalidade de construção de uma Espanha que negue os princípios republicanos. A sua produção deve ser vista na especificidade da década de 30, em que a atribuição da hispanidade se mantenha como função de um “espírito espanhol universal” que se propague contra as formas liberais vigentes. Ou seja, justamente aquelas que caracterizam, mesmo com uma diversidade de posicionamentos e grupos políticos, a IIª República Espanhola.

*Recebido em fevereiro/2006; aprovado em maio/2006.*

### *Notas*

\* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bolsista pela Capes; professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Camilo Castelo Branco.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada entre 2000 e 2002, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho, com apoio da Capes.